

CNJ distribui manual para prevenir violência contra magistrados



criminosas, grupos de extermínio, pistoleiros e paramilitares (milícias) merecem atenção da segurança institucional assim como outros atores de, aparentemente, menor potencial de agressividade.

Origem da ameaça - Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou 110 magistrados sob ameaça no País em 2017. Todos estavam sob proteção de autoridades. Em 97% dos casos, o desempenho profissional dos juízes tem relação com a ameaça.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) distribuirá aos tribunais de todo o País o Guia para Análise e Gerenciamento de Risco de Magistrados, que fornecerá às autoridades responsáveis pela segurança do Judiciário uma metodologia para prevenção de atos violentos contra magistrados. A publicação lista procedimentos que permitirão avaliar tecnicamente episódios em que a integridade física de um magistrado esteja potencialmente comprometida e elaborar um plano para neutralizar o propósito de agredir um membro do Poder Judiciário.

A metodologia de análise, originalmente desenvolvida pela Coordenação de Proteção à Pessoa da Polícia Federal, foi adaptada à demanda do Poder Judiciário pela Coordenadora de Segurança do CNJ, Delegada da Polícia Federal Simone Guerra.

O manual elaborado traz estudos e experiências de outras instituições internacionais, como o Serviço Secreto dos Estados Unidos da América, para o ambiente da Justiça brasileira. Uma das especificidades levadas em consideração foi o contexto de violência da sociedade brasileira, em que se registram anualmente cerca de 60 mil homicídios. De acordo com a publicação, organizações

Uma sentença de um juiz trabalhista, por exemplo, pode frustrar o interesse de uma pessoa que acionou a Justiça contando com uma decisão diferente, que lhe reconhecera o direito a determinado valor. Casos de disputas por guardas de filhos podem resultar também em agressões para os juízes de varas da família, uma vez que nem todo julgamento é percebido como um ato imparcial. Sendo assim, não apenas os juízes que lidam com criminosos podem ser alvo de ameaças.

Objetivos - Para dar mais eficiência à resposta dos tribunais a potenciais agressões, o CNJ elaborou uma sequência de procedimentos que permitirão elaborar um plano de segurança para cada magistrado ameaçado.

Um dos objetivos do plano é reduzir o grau de determinada ameaça, o que ocorre quando se relata imediatamente à polícia um ato de vandalismo contra o

carro do juiz, por exemplo. Outro objetivo é diminuir as vulnerabilidades existentes no cotidiano de um juiz. Uma simples palestra feita pela comissão de segurança do tribunal pode ensinar ao juiz e a seus familiares como transitar pela cidade em segurança. Também se busca com o plano de segurança aumentar as chamadas capacidades de proteção à violência. Ao se melhorar a estrutura de segurança do ambiente de trabalho ou da residência do juiz, atende-se a essa necessidade.

Estratégias - A análise detida de cada caso permite ao responsável pela unidade de segurança de um tribunal justificar tecnicamente à Presidência a necessidade de a administração ceder uma escolta a um juiz. Essa é apenas uma das estratégias que podem ser adotadas quando o risco é identificado. Prover um colete à prova de balas ao magistrado ou a alteração de rotinas são outras medidas de segurança para reduzir o perigo.

Outro ponto em destaque no Guia é a necessidade de os tribunais oferecerem uma resposta rápida, ainda que provisória, nos casos de ameaças reportadas, as chamadas medidas emergenciais. Quando o tribunal atua em seguida à ocorrência, a autoridade se sente mais segura e evita-se o agravamento da violência pretendida, o que reestabelece um clima de normalidade organizacional.

A íntegra do guia pode ser acessado no link: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/07/876d201cdcdf1c10c55b072f74df803a.pdf>

Fonte: CNJ

Subseção de Feira de Santana recebe visita de consultor do Prêmio Innovare



O Serviço de Conciliação da Subseção Judiciária de Feira de Santana recebeu, na última quinta-feira (12/07), o advogado Consultor Jurídico do Instituto Innovare, Dr. Bruno Magalhães, para conhecer a Prática SECON – FSA, que está participando da 15ª edição do Prêmio Innovare, na categoria Juiz.

O Serviço de Conciliação da Subseção Judiciária de Feira de Santana (SECON-FSA) foi criado no ano de 2017, com o objetivo de promover a composição amigável de conflitos entre as partes litigantes e tem se notabilizado por agilizar os processos pendentes nas varas judiciais federais. O novo setor conta com um núcleo administrativo e com duas salas destinadas à realização de audiências de conciliação, em sua maioria de natureza previdenciária ou cível. As audiências são presididas por dez conciliadores voluntários, selecionados dentre bacharéis em Direito e treinados conforme os normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

Segundo o regulamento do Prêmio Innovare, tão logo encerrada a visita dos Consultores do Instituto Innovare, as práticas serão encaminhadas para avaliação dos jurados e os projetos escolhidos serão premiados e incluídos no Banco de Práticas do Brasil na Prática.

Com informações da SECON - FSA

Vote para eleger representantes dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social

A eleição para representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social para o biênio 2018-2020 começou na última quarta-feira, dia 11 de julho, e vai até o dia 20, sexta-feira. Os votos, universais e secretos, podem ser registrados na página do Pro-Social, no portal do TRF1.

O processo eletivo conta com seis candidatos, sendo que cinco deles são para representantes dos servidores ativos e uma dos servidores inativos. A lista completa de nomes, bem como a foto e o currículo dos candidatos podem ser encontrados no Portal do TRF1.

Informações adicionais estão disponíveis no edital. (Fonte: TRF1)

TUDO COMEÇA COM UMA IDEIA!



TRAGA SUA IDEIA PARA A SEMAD
(R. 9198, E-MAIL SEMAD.BA@TRF1.JUS.BR).
ELA PODE FAZER DIFERENÇA!

"Planejamento Estratégico - Juntos por uma Justiça Federal melhor - Você é parte!"

Aniversariantes

Hoje: Juiz federal vice-diretor do Foro Fábio Moreira Ramiro (24ª Vara), Afrânio Cardoso da Silva (6ª Vara), Ana Cristina Montalvo Campos (12ª Vara) e Jeferson da Cruz Lima (Turma Recursal). **Amanhã:** Adv. Paulo Pereira (Itabuna) e Valmir Santiago dos Santos (VIPAC).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.